



O DESAFIO DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EM EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CARUARU

WALESKA B. DE C. VASCONCELOS 1; ADALBERTO F. SALES FILHO2;
DANIELLY DE OLIVEIRA BARROS 3/Apresentadora; EDMAR DJHENENSON DA
SILVA 4; JACYNEIDE MARY DE MELO 5.

¹Docente/pesquisadora do Curso de Graduação em Direito/ASCES (waleskavasconcelos@yahoo.com.br)

²³⁴⁵ Pesquisadores / estudantes do Curso de Graduação em Direito/ASCES.

Resumo: O ordenamento jurídico, em especial a CF/88, atribui à União, Estados e Municípios o dever de implementar as políticas públicas necessárias à realização dos direitos assegurados aos cidadãos. Cabe, todavia, identificar se os meios escolhidos para desenvolver essas atividades são aptos a alcançar os fins pretendidos quando da sua elaboração. Esta análise é direcionada especialmente aos municípios, levando em consideração que hodiernamente estão tendo maiores atribuições, mas paradoxalmente precisam da contribuição financeira do Estado, bem como da União. Através de levantamento de dados junto à Secretaria de Educação do Município de Caruaru, observamos o planejamento e a aplicação das políticas públicas voltadas à área educacional, especificamente no que diz respeito a sua efetividade no processo de formação do indivíduo, na dinâmica do ensino-aprendizagem. Analisamos o desenvolvimento dos Programas Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA) e Inclusão Digital que se bifurca em PROINFO- Programa de Informática nas Escolas e Telecentro – Centros de Informatização para a comunidade. Trabalhando com as categorias da metodologia freiriana: autonomia, diálogo, criatividade e letramento, o Programa Paulo freire, busca alfabetizar o jovem e adulto com faixa etária de 15 a 29 anos com o objetivo de oferecer uma educação de qualidade, introduzindo-os, posteriormente, no ensino fundamental. Já os programas de inclusão digital tem como pressuposto o dever do Estado de proporcionar aos cidadãos o acesso aos meios de tecnologia e informação. Deste modo, o Proinfo é executado através da montagem de laboratórios nas escolas, visando auxiliar o desenvolvimento das atividades pedagógicas, bem como propiciar a aproximação do aluno com a informática e a internet. O Telecentro, por sua vez, é voltado para toda a população e visa à inclusão digital do cidadão como um veículo de promoção da cidadania com a formação de espaços abertos para a comunidade fazer uso da informática e da internet.

Palavras – chave: políticas educacionais; efetividade; alfabetização; informatização.



Reunião Regional da SBPC

Recife-Vitória-Caruaru

23 a 26 de Novembro de 2010

Tema: Educação como Direito para Todos